



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 0578486/2018			
PA COPAM Nº: 90013/2000/003/2016		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: SAULO DE DEUS VIEIRA E OUTROS		CPF:	266.524.206-00
EMPREENDIMENTO: FAZENDA ABELHAS/GRANJA ABELHAS		CPF:	266.524.206-00
MUNICÍPIO: PATOS DE MINAS-MG		ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-04-06	SUINOCULTURA COM 3.500 ANIMAIS	03	0
G-02-07-0	CRIAÇÃO DE BOVINOS EM 9,27 HECTARES	NP	0
D-01-13-09	FORMULAÇÃO DE RAÇÕES BALANCEADAS E DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS COM CAPACIDADE INSTALDA PARA 60 TONELAS DIA ⁻¹	01	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Ronaldo Mundim Justo		REGISTRO: CREA-MG: 50640/D	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Amilton Alves Filho Analista Ambiental - SUPRAM TM AP Engenheiro Agrônomo, Ms em Agronomia.		1146912-9	 Amilton Alves Filho Analista Ambiental Masp: 1146912-9 SUPRAM TM/AP
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez Diretor Regional de Regularização Ambiental		1 191 774-7	 Rodrigo Angelis Alvarez MASE: 1191774-7 SUPRAM TM/AP



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) – 0578486/2018

Os empreendedores Saulo de Deus Vieira e Outros, Fazenda Abelhas/Granja Abelhas desenvolve a atividade de suinocultura com um plantel de 3.500 animais, sendo classificada como classe 03 (médio potencial poluidor e médio porte) conforme DN 217/2017. As atividades secundárias incluem a criação de bovinos de corte em uma área de pastagem de 9,27 hectares e a formulação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais.

No dia 03/08/2018 foi formalizado na SUPRAM TMAP os documentos que tratam do Licenciamento Ambiental Simplificado e da reorientação do processo administrativo P.A n.º 90013/2000/003/2016.

A granja Abelhas possui uma área total de 22,8406 hectares conforme planta topográfica apresentada dispendo apenas de 9,2726 hectares de pastagem. Para a disposição final dos dejetos produzidos na granja o empreendedor apresentou carta de anuência de proprietários vizinhos (José dos Reis da Silva – área de 16,00 hectares, José Gomes Moreira – área de 50,00 hectares e Saturnino Luiz da Silva – área de 8,0 hectares). Portanto, o empreendedor dispõe de uma área de 83,2726 hectares para a disposição final de dejetos produzidos. Conforme o RAS (Relatório Ambiental Simplificado) os dejetos de suínos são aplicados no solo como fertilizante orgânico através de uma chorumeira acoplada a um trator agrícola.

Os animais mortos durante o processo produtivo (suínos) são destinados para composteiras localizadas dentro do empreendimento e os resíduos do processo de compostagem são utilizados como adubo orgânico na propriedade rural.

Os dejetos produzidos no empreendimento são direcionados para biodigestores e tanques de decantação com um volume médio mensal de 535 m³/mês. Após a estabilização são utilizados como fertilizante orgânico em área de pastagem.

Os efluentes sanitários produzidos no imóvel são direcionados para fossas sépticas conforme relatado pelo empreendedor no RAS. A taxa média de geração por mês é de 10 m³.

A água utilizada para consumo humano e animal é proveniente de 01 (um) poço tubular instalado no empreendimento (Processo n.º 31909/2014). O citado processo encontra-se na condição de renovação automática conforme Portaria IGAM 49/2010. Além dessa captação existem 02 (duas) outras sendo o uso do recurso hídrico considerado insignificante (Processos n.ºs 42689/2016 e 42690/2016).



O empreendimento está localizado na zona rural e não há relatos de odores desagradáveis por vizinhos. A responsável técnica atesta que o empreendimento possui todos os sistemas de controle necessários para mitigar os potenciais impactos.

Vale destacar que o empreendedor apresentou o CAR (Cadastro Ambiental Rural do empreendimento)

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em relação ao critério locacional "0", foi apresentado estudo conforme o respectivo Termo de Referência, verificando-se a viabilidade do empreendimento. Esta viabilidade foi aferida por meio da avaliação dos impactos do empreendimento no critério locacional em questão, o que repercutiu no estabelecimento das medidas de controle, presentes no estudo em referência, julgadas adequadas neste parecer.

Vale salientar que a análise do RAS foi feita com base nas informações prestadas pelo empreendedor. O analista responsável pela elaboração do parecer não vistoriou o imóvel, sendo o empreendedor o responsável pelas informações prestadas.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento SAULO DE DEUS VIEIRA E OUTRO, Fazenda Abelhas – P.A n.º 90013/2000/003/2016

Para a licença ambiental simplificada ficam determinadas as seguintes condicionantes constantes do quadro abaixo, podendo excepcionalmente ser incluída nova condicionante desde que tecnicamente justificada.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM –T MAP, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento
Fazenda Aroeira, Campo Florido-MG.

1. SOLO

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de Análise
Nas áreas submetidas à aplicação dos fertilizantes orgânicos oriundos da suinocultura (dejetos e composto orgânico) ^(1, 2, 3, 4) .	pH em H ₂ O, K (Potássio), Al (Alumínio), Na (Sódio), Cu (Cobre), Zn (Zinco), Ca (Cálcio), Mg (Magnésio), Enxofre (S) CTC, P (Fósforo), (C) Carbono e matéria orgânica. Somente no primeiro ano o empreendedor deverá analisar a textura do solo.	Anualmente

(1) Seguir recomendação da aplicação de compostos orgânicos elaborada por técnico habilitado, seguindo os princípios agrônômicos e projetos pertinentes;

(2) A recomendação da taxa de aplicação dos fertilizantes orgânicos no solo deve ser elaborada/revista anualmente de acordo com os critérios agrônômicos;

(3) A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm, conforme "Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 - Amostragem de solo, pg. 13 -20" (Lopes; Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

(4) A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados. Caso a aplicação tenha ocorrido em propriedade diversa, anexar anuência do proprietário;

Relatórios: Enviar à Supram, no 1º ano, 5º ano e 10º ano da vigência da licença ambiental (até o 20º dia do mês subsequente às análises realizadas), as análises de solo realizadas anualmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo quanto ao balanço nutricional do sistema solo-planta, com ênfase no estado nutricional do solo e sua condição em continuar recebendo o tipo de fertilizante com vistas aos aspectos ambientais. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Métodos de análise: Utilizar a metodologia de análise de solo da Embrapa, 2009 e possíveis atualizações.



2- RESÍDUOS SÓLIDOS

Item	Monitoramento	Periodicidade
01	Frascos vazios de produtos veterinários devem ser armazenados temporariamente em tambores localizados em locais específicos para posterior disposição final adequada, obedecendo ao disposto na Resolução CONAMA nº 358/2005. Comprovar anualmente junto ao órgão ambiental.	Anualmente durante a vigência da licença.
02	Apresentar relatórios anuais junto ao órgão ambiental demonstrando que a composteira que trata os animais mortos durante o processo produtivo está sendo bem manejada.	Anualmente durante a vigência da licença

03 – EFLUENTES LÍQUIDOS PRODUZIDOS

Item	Local de observação	Frequência
01	Comprovar anualmente junto ao órgão ambiental que a lagoa que recebe os efluentes da suinocultura está completamente impermeabilizada.	Anualmente durante a vigência da licença de operação.

Relatórios: Enviar à Supram, anualmente os laudos das análises realizadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções CONAMA nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.